

EPISÓDIOS SIGNIFICATIVOS DO ENCONTRO ENTRE SOCIÓLOGOS, ANTROPÓLOGOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: o caso da relação com o sindicalismo de trabalhadores urbanos e rurais

SIGNIFICANT EPISODES OF THE MEETING BETWEEN SOCIOLOGISTS, ANTHROPOLOGISTS AND SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL: the case of the relationship with the unionism of urban and rural workers

José Sergio Leite Lopes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este artigo procura apresentar episódios relativamente pouco conhecidos da relação construída entre pequenas equipes de cientistas sociais e o movimento sindical de trabalhadores no Brasil, a partir do interesse recente nas noções de “sociologia pública” e “antropologia pública”¹.

Tais noções ajudam-nos a ressaltar a obra e os resultados realizados por tais iniciativas, dando-lhes um lugar de destaque que passa despercebido na história usual das ciências sociais. De fato, embora vários cientistas sociais brasileiros tenham tido importante destaque como formadores de opinião, publicistas, e inclusive como homens políticos -- deputados, senadores ou mesmo presidente da república – o que se procura salientar aqui é o caso mais raro em que o investimento de um ethos e de um capital universitário sociológico ou antropológico em entidades de trabalhadores, menos providas em expertise profissional que as congêneres patronais ou instituições estatais com as quais se defrontam, é realizado.

O artigo vai examinar dois casos. O primeiro trata da contribuição

1 Ver no site www.publicanthropology.org, Rob Borofsky, “Public Anthropology (A Personal Perspective)” e “Envisioning a More Public Anthropology: An Interview with Fredrik Barth”, April 18th, 2001. Ver Public Sociology em Wikipedia e em Michael Burawoy, “For Public Sociology”, Presidential Address of American Sociological Association 2004, *American Sociological Review*, 2005, feb. pp. 4-28.

decisiva, realizada por um sociólogo e sua pequena equipe, na criação de uma instituição técnica do próprio sindicalismo para assessorar o movimento sindical urbano de São Paulo, nos anos 50 e 60. Este caso é produto das primeiras gerações de licenciados em ciências sociais nas recém-criadas universidades de São Paulo. Há aqui a invenção do lugar de uma assessoria sociológica profissional a uma entidade da sociedade civil, a um movimento social; lugar que aumentou substancialmente nos anos 80 e 90.

O segundo trata da contribuição de um antropólogo e equipe na assessoria ao movimento sindical de trabalhadores rurais em caráter nacional, nos anos 70 e 80. Esta contribuição é paralela ao surgimento e crescimento no Brasil da pós-graduação em ciências sociais e da pesquisa a ela associada.

A relação entre cientistas sociais e questões públicas no Brasil manifesta-se de forma estreita entre os pioneiros da disciplina no país. Característico de um estado anterior à formação de um campo autônomo de ciências sociais, muitos destes autores pioneiros estão situados num espaço mais amplo denominado de “pensamento social” brasileiro. Formados nas faculdades tradicionais existentes anteriormente às faculdades de filosofia, instituídas a partir dos anos 1930, muitos desses pensadores sociais produziram a partir de sua formação de médicos (como Nina Rodrigues e seus estudos sobre relações raciais, e posteriormente como Josué de Castro e seus estudos sobre a “geografia da fome”, assim como antropólogos que tiveram importância na profissionalização da disciplina), de engenheiros (como o clássico *Os Sertões* de Euclides da Cunha, fruto de reportagens jornalísticas sobre o conflito armado de grupos de camponeses messiânicos do interior do nordeste do país contra o Exército no início da República), e de advogados (receptores dos cursos de ciências sociais no interior das faculdades de direito). Também entre os pioneiros clássicos que fazem a transição entre o pensamento social e a produção universitária profissional nas ciências sociais, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda e Caio Prado Junior, a sua atuação em grandes questões públicas do país é presente em

suas respectivas trajetórias. Suas obras são interpretações gerais do Brasil; eles são ora recrutados para serem professores da nascente área de ciências sociais nas universidades, ora ocupam uma posição pública à margem da universidade (Freyre foi deputado federal nos anos 40, depois conseguiu fundar um instituto de pesquisas federal em ciências sociais em Recife; Buarque de Hollanda foi o mais universitário dos três; Prado, historiador econômico marxista, editor de livros e revistas, influenciava a universidade através de círculos de estudo externos a ela).

Mas é quando as ciências sociais se constituem como disciplina universitária autônoma que poderão ser criadas condições para uma futura assessoria profissional da área para entidades da sociedade civil. Estas condições propiciam, em meados dos anos 50, o encontro entre por um lado um jovem sociólogo, formado no pólo universitário criado vinte anos antes em São Paulo, com vontade de oferecer seus serviços técnicos qualificados para os sindicatos de trabalhadores; e, por outro lado, estes sindicatos, que vinham de um movimento de autonomização diante do Estado e de afirmação relativamente ao patronato, e percebiam a necessidade de uma assessoria técnica.

José Albertino Rodrigues entrou para a graduação na Escola Livre de Sociologia e Política em 1948, e antes mesmo de formar-se em 1952 tinha sido recrutado como auxiliar de ensino na cadeira de História Econômica na Faculdade de Economia da USP. Sua entrada precoce na carreira acadêmica repetia um padrão de aproveitamento de sociólogos chamados para novos postos abertos em áreas afins. A sociologia tinha assim um lugar importante nas escolas superiores paulistas fundadas logo após a derrota do Estado de São Paulo na guerra civil travada entre este estado e o governo federal. O investimento em uma nova elite vinha sendo amadurecido desde os anos 20 pela elite cultural deste estado da federação, e foi implementada após o desfecho daquele conflito armado em 1932. Duas iniciativas paralelas foram efetivadas: a Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, uma fundação apoiada por empresários representativos e pelo Departamento Cultural da prefeitura da cidade de São Paulo, destinada à formação de uma elite administrativa; a Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras, uma instituição prevista no orçamento do Estado de São Paulo e também apoiada por empresários, fundada em 1934, destinada à formação de professores do ensino médio e superior e tornando-se o centro de transformação das anteriores faculdades isoladas de engenharia, medicina e direito numa única universidade. Um movimento semelhante, de formação de uma Faculdade Nacional de Filosofia, como catalisadora das faculdades tradicionais isoladas, se deu no Rio de Janeiro, então capital do país, alguns anos depois, como uma primeira experiência das universidades federais que depois se criaram nos estados.

Os sindicatos de trabalhadores, existentes desde o início do século nas principais cidades do país, acabam sendo reconhecidos e regulamentados pelo Estado, com a criação em 1931 de um Ministério do Trabalho e leis de sindicalização. Várias leis sociais são promulgadas durante os anos 30 e reunidas num código do trabalho em 1943. Após vários avanços na regulamentação das relações de trabalho, e conflitos políticos envolvendo partidos e frentes de diferentes tendências ideológicas, um regime autoritário é instalado no país entre 1937 e 1945. As leis sindicais então incorporam dispositivos de controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, através de definições de enquadramento e classificação sindicais, do financiamento através de imposto, e da possibilidade de destituição de dirigentes e intervenção temporária. Estes dispositivos de controle nos sindicatos permanecem intocados quando da volta à democracia em 1945. Com os efeitos da guerra fria no plano interno brasileiro entre 1947 e 1950 são feitas várias intervenções nos sindicatos de trabalhadores através do Ministério do Trabalho pelo governo eleito em 1946. Somente a partir de 1952, após novo governo eleito em 1950, que o sindicalismo mais representativa volta a se organizar. Em São Paulo, a associação de uma frente sindical horizontal, proibida pelas leis sindicais que isolam os sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores através de federações verticais de uma só categoria, começa a organizar os setores mais combativos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que greves conjuntas começam a

ocorrer (através de uma associação chamada Pacto Unitário Intersindical). Uma grande greve é desencadeada em 1953 reunindo trabalhadores têxteis, metalúrgicos, gráficos, marceneiros. Como as discussões com o patronato e o estado se dão em torno do índice de reajuste salarial de acordo com a estimativa de inflação do período, e como os trabalhadores se sentem lesados pelos cálculos feitos por uma instituição da prefeitura de São Paulo, surge a idéia da constituição de um departamento técnico que assessoros os sindicatos de trabalhadores quanto a índices de preços e de custo de vida para as negociações salariais. Aqui o sindicato dos bancários, bem-organizado localmente e em escala nacional, e tendo por profissão lidar com a contabilidade, deu uma importante contribuição inicial com argumentos e com o fornecimento de local para sede e um contador para dirigir o departamento técnico. Em 1955 é criado o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos, o DIEESE, um nome técnico para uma instituição que se queria técnica, competindo com instituições patronais e estatais. Esta instituição significava também, além de uma iniciativa ousada – pois nem as instituições patronais tinham uma instituição equivalente -- a quebra na prática das dificuldades de associação horizontal entre diferentes sindicatos: a cotização para manter a instituição era bancada pelas contribuições dos associados dos diferentes sindicatos e sua diretoria era uma composição entre vários sindicatos, eleitos para mandatos de direção da instituição.

Mas para que tal instituição fosse de fato constituída, saindo do acanhamento improvisado das tarefas de um contador designado, foi necessário o acaso da disponibilidade de um técnico acadêmico, um sociólogo, sintonizado com alguns sindicalistas, e disposto a apresentar um projeto para uma instituição técnica de assessoria socioeconômica aos trabalhadores e de fato a implementá-lo. Esta possibilidade, teoricamente muito rara da acontecer, de fato corporificou-se no encontro da trajetória do sindicalismo paulista daquele momento, com a do sociólogo José Albertino Rodrigues.

Albertino havia constituído um ethos universitário na Escola de

Sociologia e Política, tendo tido a oportunidade de conviver com excelentes professores de diferentes áreas. Voltada para a formação de quadros administrativos, a ESP tinha disciplinas de Economia, Administração, História Econômica, Política, além de Sociologia e Antropologia, e com produtores de ponta nessas áreas. Em 1939, a escola contratou o sociólogo norte-americano Donald Pierson, discípulo de Robert Park na Universidade de Chicago e que já havia feito pesquisas sobre relações raciais na Bahia. Pierson organizou uma pós-graduação pioneira em Sociologia, que passou a atrair os recém-formados das cadeiras de Sociologia da Faculdade de Filosofia da USP. Enquanto esta última contava com fortes laços com a academia francesa nas áreas de Filosofia, Educação e Sociologia, com missões de professores franceses voltados para a formação de professores, a ESP privilegiava disciplinas mais práticas, voltadas para a administração ou para a pesquisa empírica. Donald Pierson conseguiu financiamentos do Instituto Smithsonian de Washington para fazer um programa de pesquisas de comunidades no Brasil. Além disso montou cursos e atraiu os etnólogos de origem alemã Herbert Baldus e Egon Schaden para reforçar o programa. Vários alunos fizeram cursos de mestrado e doutorado na Universidade de Chicago e profissionalizaram-se no Brasil em seguida. José Albertino teve aulas com esses professores e trabalhou como auxiliar de pesquisa de Oracy Nogueira em estudo de comunidade sobre família e relações raciais em município no interior de São Paulo, pesquisador este que havia feito seu mestrado na universidade de Chicago. Ele adquiriu assim um habitus etnográfico que posteriormente iria ajudá-lo a entender o movimento sindical e a transmitir isto para seus auxiliares e sucessores no DIEESE. Com as aulas de Sergio Buarque de Hollanda, também professor na ESP neste período, interessou-se pela história do trabalho no Brasil colônia, o que foi reforçado posteriormente pela frequência ao círculo de estudos extrauniversitário do historiador marxista Caio Prado Jr. Os quadros da ESP, de sociólogos e antropólogos, acabaram sendo importantes para a criação do Instituto de Economia e Administração da USP no início dos anos 50, posterior às próprias cadeiras de Sociologia na USP. Por sua

ligação com Oracy Nogueira e deste com Mario Wagner Vieira da Cunha, diretor do Instituto de Economia, também com doutorado em Sociologia em Chicago, Albertino é recrutado para ser auxiliar de ensino na cátedra de História Econômica da USP. A subordinação do jovem auxiliar de ensino ou professor assistente ao catedrático acaba sendo ressentida por Albertino e por outros em sua posição (como seu colega na mesma cátedra Fernando Henrique Cardoso) e termina por estimular as tendências da homologia existente entre os dominados das classes dominantes, os intelectuais (e ainda mais os dominados na estrutura universitária) e os dominados na estrutura social, sentimento este, de identificação com os dominados, que vai posteriormente aproximá-lo dos sindicatos de trabalhadores. A tendência a uma boemia intelectual (no sentido estudado por Robert Darnton) se concretiza na vida extraescolar universitária, com a entrada de Albertino para o Partido Comunista (recrutamento via livreiro da universidade). Assim, entre 1952 e 1955 Albertino vive sua experiência de jovem professor auxiliar de ensino, dando aulas, procurando formular seu projeto sobre as corporações artesanais do período da colônia no Brasil, freqüentando círculos político-intelectuais marxistas como o de Caio Prado Jr., completando com o autodidatismo sua formação acadêmica, e conhecendo alguns trabalhadores e sindicalistas através de reuniões partidárias. Em 1956 Albertino sofre uma dupla decepção: com o Partido Comunista na questão da invasão soviética à Hungria, provocando dissidências entre os quadros intelectuais do partido; e com o sistema de cátedra da universidade. Ele é demitido pela professora catedrática que exigia uma subordinação que ele relutava em oferecer e se decepciona com a universidade e seu sistema de cátedra. Ao contrário de outros colegas como Fernando Henrique Cardoso, que consegue ser absorvido na Faculdade de Filosofia, Albertino prefere investir numa posição a ser criada, a de assessoria técnica ao sindicalismo. Com efeito, sabedor do que se passava no sindicalismo paulista e a proposta de criação de um departamento de assessoria técnica, através de suas relações de conhecimento com sindicalistas comunistas, Albertino submete um projeto detalhado do que

poderia ser tal departamento aos dirigentes do Pacto Unitário Intersindical, o bancário Salvador Lossaca e o operário comunista da indústria alimentícia Luiz Tenório de Lima. Ele é então efetivado como diretor técnico do DIEESE.

Aqui parece selar-se o encontro entre a vontade sindical de montar um departamento de instrumentação técnica -- mas até então com precariedade técnica, sem meios para fazê-lo (no questionário passado pelo contador que havia feito entrevistas sobre hábitos alimentares e orçamento doméstico em uma amostra de trabalhadores o feijão, item essencial da alimentação popular havia sido esquecido) – e a vontade e os meios de oferecer isso por parte de J. A., aplicando uma “vocação”, um ethos universitário ao departamento técnico sindical. Lá, tal vocação poderia desenvolver-se fora da universidade, se possível, visto que dentro da universidade havia dificuldades de exercer efetivamente esse ethos.

De fato, a partir do habitus universitário interiorizado por Albertino no seu período de estudante e professor auxiliar ele poderia construir um habitus do assessor técnico do movimento popular; através da tentativa de constituição de uma autonomia técnica relativamente ao jogo político da organização sindical e das tendências políticas no seu interior. Ele logo percebeu que a constituição de uma assessoria técnica ao movimento popular já seria por si só política, num contexto em que as contribuições universitárias eram naturalmente apropriadas pelo estado ou pelo empresariado. E que sem a criação de uma autonomia técnica o departamento seria destruído pelas tensões políticas internas ao próprio sindicalismo: uma pretensa neutralidade técnica seria necessária para uma eficácia política da organização sindical como um todo².

2 “[O princípio básico que sempre orientou o Dieese era] o de que o nosso trabalho deveria ser de caráter exclusivamente técnico. Independentemente de nossas posições e opiniões pessoais, não devíamos realizar qualquer trabalho político no DIEESE. Nosso raciocínio era o de que o trabalho de caráter técnico que nós executássemos junto ao movimento sindical já era, em si, um trabalho político. Mas, se nos aventurássemos a fazer um trabalho político, incorreríamos em graves erros. Em primeiro lugar, estaríamos não propriamente trabalhando para os sindicatos, mas trabalhando (ou tentando manipular) os sindicatos. Em segundo lugar, estaríamos ‘politizando’ no mau sentido o DIEESE e solapando sua credibilidade técnica. Enfim,

Havia assim uma homologia entre a independência universitária adquirida por Albertino – independência mesmo diante da própria universidade real, com suas práticas, suas contradições, suas relações de dominação -- e a independência necessária no interior de um departamento técnico do movimento sindical. Albertino recrutou de imediato a estudante de Economia Lenina Pomeranz, que trabalhava na livraria da universidade, também ativista comunista, e que já tinha uma formação técnica e um exercício profissional em contabilidade. Trabalhavam no DIEESE também alguns funcionários dos sindicatos dos bancários e dos metalúrgicos destacados para as tarefas auxiliares à coleta e organização de dados. Esta pequena equipe conseguiu montar um índice de preços para orientar a campanha salarial de 1957, que contribuiu para que os bancários conseguissem um forte aumento em escala nacional e isto acabasse guiando um bom aumento obtido por outras categorias de trabalhadores em São Paulo. A equipe coletava informações sobre custo de vida, fazia análises setoriais dos lucros das empresas, assessorava diferentes sindicatos em suas negociações com o patronato, levantava informações sobre emprego e desemprego, dados sobre greves e acordos salariais, assim como analisava planos governamentais e políticas públicas do interesse dos trabalhadores. Com seu capital social na universidade, na faculdade de economia e em diferentes órgãos técnicos nacionais e internacionais, esta equipe conseguiu aperfeiçoar seus instrumentos técnicos fazendo surpreender o patronato nas negociações e alcançando uma credibilidade pública superior ao meio sindical. De fato, Albertino, com sua formação em Sociologia e Economia adquirida na ESP – cujos professores haviam assessorado o departamento cultural da prefeitura na feitura de um

seríamos nós capazes de desempenhar uma atividade política que satisfizesse todas as correntes políticas que atuavam no movimento sindical? Evidentemente que não. A separação entre o trabalho técnico e o trabalho político é, no fundo, formal. Mas esse formalismo era e sempre foi uma garantia de sobrevivência do Dieese”. Albertino deixou um texto autobiográfico “Sociologia de uma geração” que escreveu entre 1982 e 1985.

índice de custo de vida, e tiveram uma influência indireta no cálculo dos níveis de salário-mínimo promulgados pelo governo federal nos anos 40 – podia ter acesso a instrumentos de estudo para os trabalhos técnicos necessários³.

Na retaguarda da universidade Albertino dispunha do concurso de um professor aliado ao seu empreendimento, também como ele pioneiro dos estudos de sociologia do trabalho no Brasil, que foi Azis Simão. Ele faz parte do conselho científico formado pelo DIEESE e sempre comparece com palestras e artigos na revista da entidade sobre suas pesquisas sobre o sindicalismo. Nascido 16 anos antes de Albertino, Azis aproximou-se na mocidade da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo onde seu irmão era médico, e onde ele acabou dando aulas de ciências em escola noturna para trabalhadores. Tornou-se amigo de dirigentes sindicais dos anos 20 e 30, anarquistas e socialistas. Foi ativista e dirigente do partido socialista nos anos 30. Em 1935 tem um deslocamento de retina do olho direito, perdendo completamente a visão, processo de perda iniciado aos 12 anos de idade com a cegueira do olho esquerdo. Diminuiu a militância e passou a assistir as aulas dos professores franceses da recém-inaugurada Faculdade de Filosofia da USP. Em 1939 inscreve-se como aluno ouvinte e logo presta exames como aluno regular. Mas em virtude das dificuldades visuais tem um longo percurso escolar e só conclui o curso em 1950, entremeando suas atividades universitárias com uma militância política mais favorável após o fim da ditadura em 1945. Logo após concluir os cursos é convidado a ser professor auxiliar de ensino e começa uma longa pesquisa sobre o movimento operário em São Paulo, com o capital acumulado de vivência e contatos no meio sindical. Essa longa pesquisa é feita com uma equipe dedicada de alunos, em arquivos sindicais, em arquivos públicos, em entrevistas com ex-sindicalistas. Duas destas alunas integram a nova equipe de Albertino no DIEESE quando ele reorganiza esta entidade em 1965 após a primeira onda repressiva em

3 Segundo Lenina Pomeranz, o Índice do Custo de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo foi assessorado em sua parte estatística por um consultor voluntário, economista da Secretaria de Agricultura e consultor da FAO.

1964 do regime militar. O livro de Simão, *O Sindicato e o Estado*, resultado de suas pesquisas e de sua sensibilidade na vivência anterior do lado de dentro dos sindicatos, publicado em 1964, tornou-se um clássico da sociologia do trabalho. Se Azis Simão faz o trajeto dos sindicatos para a universidade, Albertino faz o caminho inverso, da universidade em direção aos sindicatos.

O trabalho de Albertino passa a ser reconhecido na universidade como trabalho da maior importância. Florestan Fernandes, que foi aluno da ESP anteriormente a Albertino, tendo ali feito suas teses de mestrado e doutorado na área de etno-história, tendo depois feito pesquisas sobre relações raciais no Brasil com Roger Bastide na cadeira de Sociologia na USP inicialmente incitadas pela UNESCO, e que era o principal construtor de uma sociologia acadêmica profissional na USP, também aceitou figurar no conselho científico do DIEESE e ali comparecia a cerimônias. (Sua proximidade com Albertino seria maior ainda nos anos 70 e 80 quando Fernandes retorna ao país depois de alguns anos em universidades canadenses após sua aposentadoria punitiva pelo regime militar).

Também entre os sindicatos o trabalho é reconhecido e a instituição tende a perpetuar-se. Isto acaba se dando, porém, com um hiato entre 1962 e 1965. A grande politização nacional entre os anos 1962 e 1964, de crescimento da atuação política dos sindicatos, coincidindo com uma diretoria interna ao DIEESE que, ao contrário das anteriores, não simpatiza com o prestígio técnico alcançado pela entidade, acabam imobilizando o departamento naquele período. Com salários baixos e dificuldades na coleta de contribuições, e com seu prestígio em alta no meio acadêmico, em 1962 Albertino aceita a indicação de Florestan Fernandes para que ele vá ser professor na nova Universidade de Brasília, coordenada por Darcy Ribeiro. Ali vai ele participar de uma experiência inovadora do ensino da Sociologia com outros colegas de departamento, mas esta segunda experiência profissional na universidade vai continuar seu padrão de uma relação de sísifo para com a sua carreira universitária. Com efeito, na conjuntura repressiva do regime militar instaurado em 1964, a Universidade de Brasília é invadida nos dias seguintes ao golpe e

muitos de seus professores são demitidos (alguns, como Albertino -- que, além de tudo, era presidente da associação de docentes -- após algumas semanas na prisão). De volta a São Paulo, Albertino submete seu projeto de livro *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil* ao Centro Latino-americano de Pesquisa em Ciências Sociais, pertencente à Unesco e com sede no Rio de Janeiro e ganha um financiamento para fazer pesquisas de arquivo e entrevistas até o final do ano de 1964 entre o Rio e São Paulo. Esta obra, publicada em 1968 e republicada em 1979, é outro clássico da Sociologia do Trabalho e do sindicalismo, sobretudo porque traz incorporada uma visão interna dos sindicatos: por detrás da sua linguagem objetivante subjaz a sensibilidade da experiência e da observação direta. O livro caracteriza-se também por sair do ponto de vista de São Paulo, como são os livros sociológicos sobre o assunto no mesmo período, para adquirir uma visão mais nacional do sindicalismo. Sua pesquisa para o livro consegue analisar os arquivos do Ministério do Trabalho e da Biblioteca Nacional e fazer a ponte entre a sociologia profissional de São Paulo e uma sociologia a meio caminho do direito do trabalho, recuperando assim a obra pioneira de Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil*, de 1952, passada em silêncio até então pela sociologia de São Paulo. Através da ligação entre universidade e movimento sindical, efetuada por José Albertino, numa prefiguração do que seria visto no futuro como uma sociologia pública, pode ele estabelecer a valorização de autores universitários próximos ao sindicalismo, como Aziz Simão e sua experiência interna dos sindicatos de São Paulo, e como Evaristo de Moraes Filho, através de sua vivência crítica do interior do Ministério do Trabalho e da justiça do trabalho no Rio de Janeiro.

Em 1965 Albertino retoma o posto de diretor técnico do DIEESE, chamado por sindicalistas após o período imediato de repressão e intervenção estatal sobre os sindicatos que se segue após o golpe de 1964. Nesse contexto uma instituição técnica -- ao contrário do período muito breve entre 1962 e 1964 em que os ativistas sindicais viam, de forma superestimada ex-post, sua força relativa na sociedade aumentar --

seria novamente mais do que necessária; ainda mais com a tendência à tecnificação econométrica e exotérica a que tendia a política econômica em geral assim como a política salarial em particular do regime militar. Quando grande parte da esquerda, impressionada pela situação de exílio e repressão de muitos de seus representantes, vê com desdém uma atuação no sindicalismo visto de fora como neutralizado, a persistência em retomar e manter o departamento técnico é uma aposta importante apoiada na intuição que a vivência interna anterior permite fazer surgir. Nesse período inclusive, Albertino conta com a presença de duas estudantes recém-formadas em Sociologia na USP, orientadas por Aziz Simão em sua pesquisa sobre movimento operário, que dinamizam o escritório técnico. Uma delas, Heloísa Martins, irá suceder a José Albertino na direção técnica do DIEESE quando em 1966 ele parte com uma bolsa do governo francês para fazer seu doutorado com o historiador Pierre Vilar na Universidade de Paris, retomando suas preocupações como estudante na ESP e jovem professor de História Econômica na USP, que redonda numa tese sobre as corporações artesanais em Portugal, defendida em 1968⁴.

No seu retorno ao Brasil é chamado para a USP, mas seu contrato não se concretiza pelo fato de estar no index repressivo da polícia política sem cujo atestado de bons antecedentes não se poderia então entrar no serviço público. Trabalha como sociólogo em projetos de empresa privada de consultoria enquanto colabora voluntariamente com o DIEESE, atualizando, em 1969, a pesquisa sobre padrão de vida que serve de base ao cálculo do índice do custo de vida de São Paulo, tendo conseguido um financiamento para este fim da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado

4 José Albertino Rodrigues, "Travail et Société Urbaine au Portugal dans la seconde moitié du XVIe siècle"; thèse de 3e. cycle présentée à la Faculte des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Paris, 1968. Ele queria retomar seu projeto anterior sobre as corporações artesanais no Brasil colônia, pesquisando arquivos na metrópole; não encontrando informações suficientes, deparou-se com importante corpus empírico sobre as corporações em Portugal no período do assim chamado Descobrimento do Brasil e redirecionou seu projeto em função deste material.

de São Paulo. Embora o lugar de diretor técnico seja considerado seu, ele considera seu papel de iniciador da instituição por duas vezes já encerrado e diante de encargos familiares maiores, prefere dividir-se entre seu trabalho como consultor de projetos e um novo trabalho como docente em nova universidade pública no interior de São Paulo. Deste novo posto universitário é novamente demitido por razões políticas até conseguir estabelecer-se, em 1976, como professor na Universidade Federal de São Carlos, no interior de São Paulo, quando a vigilância repressiva do governo então se arrefece. Até o final da vida (faleceu precocemente em um acidente de carro aos 64 anos) procura desenvolver o departamento de Sociologia mais uma vez numa nova universidade (como foi o caso da tentativa de Brasília); em seus últimos anos participou também do sindicato dos sociólogos e foi vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A trajetória de Albertino ilustra a passagem que pode ter um sociólogo de sua geração nos pólos aproximados de atividades da sociologia. Tentando inicialmente estabelecer-se na sociologia profissional emergente nos anos 50 em São Paulo, não reconhecendo nas relações hierárquicas entre professores sua concepção interiorizada de universidade, acaba inventando uma posição de Sociologia a serviço de uma entidade da sociedade civil, a assessoria técnica aos sindicatos de trabalhadores⁵. Novas tentativas de incorporação à carreira universitária, que finalmente se realizará de forma estável somente a partir de seus 48 anos, são entrecortadas por novas passagens por uma sociologia a serviço de uma entidade da sociedade civil, assim como por passagens – devido a necessidades de sobrevivência diante de dificuldades profissionais colocadas pelo regime autoritário – por uma sociologia aplicada voltada para o mercado.

Uma outra ilustração exemplar do que poderia ser retrospectiva-

5 Nos anos 70 o DIEESE tem papel crucial, já dirigido pelo economista Walter Barelli (introduzido pela socióloga Heloísa Martins, sucessora de Albertino, e ex-aluno do sociólogo Octavio Ianni), no combate à política salarial do governo militar e no desvendamento de trapaças no cálculo do índice inflacionário, contribuindo decisivamente para o surgimento do novo sindicalismo do final dos anos 70.

mente considerada uma sociologia pública, neste caso uma antropologia pública, é o caso da inserção de um grupo de antropólogos como assessores técnicos do movimento sindical de trabalhadores rurais entre o final dos anos 70 e os anos 80. Tal grupo foi formado na linha de pesquisa sobre Sociedades Camponesas e estudos sobre *plantations* açucareiras desenvolvidas no interior do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, programa fundado em 1968. O coordenador desta linha de pesquisa, Moacir Palmeira, foi professor dos outros, alguns dos quais se incorporaram ao PPGAS-MN, outros em departamentos de outras universidades. Coincidentemente Palmeira foi contemporâneo de José Albertino no doutorado da Universidade de Paris, entre 1966 e 1968, ambos tendo sido bolsistas do governo francês, mas enquanto o primeiro tinha então saído havia dois anos da graduação na Escola de Sociologia Política da Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo 26 anos em 1968 e 28 ao concluir a tese de doutorado; o segundo havia tido, como vimos, 4 anos como professor auxiliar de pesquisa, 7 anos de DIEESE e 2 anos como professor na Universidade de Brasília, tendo então 40 anos em 1968. Enquanto a geração de Albertino sofreu as vicissitudes da implantação universitária inicial e da instabilidade política dos anos 50 até 1964, Palmeira estava no limiar das gerações seguintes à sua, das quais foi jovem professor, que usufruíram um crescimento do sistema de pós-graduação e pesquisa durante o próprio regime militar e puderam fazer mestrado e doutorado no interior mesmo do país. De sua entrada como professor no PPGAS-MN em 1969 -- quando volta de sua estadia na França -- até 1978, quando inicia um período de assessoria técnica à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, sediada em Brasília, Palmeira havia consolidado uma carreira como professor e coordenador de uma linha de pesquisa sobre as transformações sociais na área de *plantation* açucareira do Nordeste brasileiro. Esta linha foi desdobrada de sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Paris em 1971, que versava sobre o debate, entre dois campos dividindo historiadores, sociólogos e pensadores políticos, sobre a predominância

do feudalismo ou do capitalismo nas relações sociais na agricultura brasileira. Após desconstruir os argumentos dos dois campos e mostrar seu fundo comum de subordinação ao campo político, Palmeira termina sua tese revelando um domínio interessante de pesquisa, a *plantation* agroindustrial, lugar bizarro onde existe a ligação constitutiva com o mercado externo e o capitalismo, mas onde há também as formas não capitalistas de produção e de dominação social personalizadas. E, ao pesquisar as transformações contemporâneas do mundo da *plantation*⁶, Palmeira e equipe surpreenderam-se vendo sindicatos de trabalhadores rurais, mesmo no período de ditadura mais feroz do início dos anos 70, tendo uma combatividade, na defesa de suas reivindicações, insuspeitada para a intelectualidade de esquerda dos centros urbanos, que pensavam ter sido a resistência de trabalhadores urbanos e rurais frente à opressão patronal, forte no início dos anos 60, desativada após 1964.

Aqui o conhecimento do que se passava com os trabalhadores rurais, através dos instrumentos da pesquisa etnográfica, e inclusive a relação de confiança com os pesquisados, guarda semelhança com a descoberta de J. Albertino do que se passava no movimento sindical dos anos 50, assim como com a sua aposta de reconstituir o DIEESE mesmo após o golpe de 1964; de tentar compreender com um olhar antropológico aquilo que era

6 Palmeira começa, em 1969, a fazer um estudo de campo em Pernambuco, no centro da região de *plantation* de cana de açúcar. Reuniu, nos primeiros anos da década de setenta, vários colaboradores para estudar aspectos selecionados do universo do sistema de *plantation*: os *moradores*, os trabalhadores agrícolas expulsos do campo (*trabalhadores da rua*), os operários industriais das usinas de açúcar, os camponeses marginais à *plantation*, os mercados e feiras das cidades próximas, o sistema de endividamento nos armazéns dos *engenhos* (o *barracão*), os trabalhadores sazonais provenientes das regiões secas, o sindicalismo dos trabalhadores rurais e as cooperativas camponesas. Os investigadores tinham sido formados em cursos de sociologia da produção intelectual, bem como em cursos de sociedades camponesas, organização social e parentesco e em antropologia econômica. Na equipe inicial de pesquisadores estavam Lygia Sigaud, Afrânio Garcia, Beatriz Heredia, Marie-France Garcia, J. Sergio Leite Lopes, Roberto Ringuelet, Vera Echenique, Luis Maria Gatti. Outros pesquisadores tiveram participação em projetos posteriores e podem ser encontrados em Palmeira et alii, "Emprego e mudança social no Nordeste", *Anuário Antropológico* 76, 1977; e em Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*, Rio: Paz e Terra, 1979.

invisível ou mal conhecido à visão por demais macroscópica da indignação política genérica. O que guardava também semelhança com os estudos de Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad na Argélia, que eram lidos pela equipe e com uma atitude, diante do que foi observado, caracterizada por Bourdieu como sendo a de um *écrivain publique*.

A relação de confiança com os pesquisados acabou conduzindo, no final dos anos 70, alguns dos membros da equipe à assessoria “educacional” junto a federações e à confederação dos trabalhadores rurais⁷. Ao contrário dos sindicatos de trabalhadores urbanos, amparados pela legislação social dos anos 30 e 40, os trabalhadores rurais foram deixados de fora pelo Estado nessa regulamentação e somente em 1963 passam a ter seus sindicatos reconhecidos. Atores de intensas lutas pelo reconhecimento e extensão de direitos entre o final dos anos 50 até 1964, os trabalhadores rurais retomam seu ritmo de crescimento sindical desde

7 Dentre os pesquisadores em torno do projeto “Emprego e mudança social no NE”, Vera Echenique tornou-se posteriormente assessora da CONTAG e da Federação do Rio Grande do Norte, Afrânio Garcia foi assessor da Federação do Rio de Janeiro nos anos 80, Alfredo Wagner foi assessor do movimento das mulheres quebraadeiras de coco de babaçu no Maranhão, dentre outros movimentos de novos povos tradicionais amazonenses, depois consubstanciado no Projeto Nova Cartografia da Amazônia. Trabalhos similares foram feitos em áreas periféricas ao Rio de Janeiro e Recife junto a associações, sindicatos e oposições sindicais de trabalhadores urbanos por membros daquela equipe, como os que Rosilene Alvim e eu mesmo chegamos a participar como desdobramento de pesquisas com trabalhadores têxteis. Também nos anos 80 foram produzidos textos e livros que circularam entre os sindicatos, como *Greve nos Engenhos* (Rio: Paz e Terra, 1980) de Lygia Sigaud, assim como a biografia do líder sindical dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro, José Pureza, feita por Eliane Cantarino O’Dweyer. Nos últimos anos estão sendo feitos trabalhos de reconstrução da memória de trabalhadores, com suportes audiovisuais, no projeto Memória Camponesa e Cultura Popular coordenado por Moacir Palmeira no Núcleo de Antropologia da Política do PPGAS-MN-UFRJ. Produtos audiovisuais do trabalho deste núcleo são o CD de músicas dos trabalhadores rurais de Pernambuco, “Lutando e Cantando”, (2008) dirigido por Renata Menezes e Edmundo Pereira, e o DVD “Tecido Memória” (2008) sobre a história dos operários tecelões e tecelãs de Pernambuco, dirigido por Sergio Leite Lopes, Rosilene Alvim e Celso Brandão; e ultimamente o longa “Memórias Camponesas” (2022), dirigido por mim mesmo, Moacir Palmeira e José Carlos Matos Pereira.

1966, após o período mais repressivo que se segue ao golpe. Em 1968 a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas é retomada por uma diretoria atuante tendo por presidente José Francisco da Silva, proveniente da base dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, justamente a rede de militantes sindicais que são mediadores em relação aos grupos sociais pesquisados pela equipe do Museu Nacional. A assessoria educacional nos sindicatos de trabalhadores rurais se acrescentava às figuras de outros profissionais, comuns no movimento sindical urbano, como os advogados (além eventualmente de médicos e dentistas); ou ainda como sociólogos e economistas no caso limitado e concentrado do DIEESE de São Paulo. Tal assessoria foi introduzida pelo trabalho de quadros originários da Igreja católica, sobretudo no Nordeste, ocupados num trabalho de animação aos camponeses, composto de populações majoritariamente analfabetas, e de mediação junto às instituições e regras estatais. Esta figura de assessoria acabou incorporando no final dos anos 70, os antropólogos e sociólogos próximos ao movimento sindical, ao lado do corpo de assessores jurídicos especializados. A CONTAG promoveu uma intensa atividade de formação de quadros sindicais através de cursos; e por meio de pesquisas aplicadas assessorou a entidade em atividades de supervisão às federações e sindicatos por todo o país, além de participar de movimentações mais amplas como a formação de centrais sindicais juntamente com os trabalhadores urbanos e como o trabalho de pressão junto ao governo, aos parlamentares e aos trabalhos preliminares à Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Entre 1985 e 1986, Palmeira foi diretor fundiário do Instituto de Reforma Agrária do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário indicado pela CONTAG, fazendo assim um trabalho de sociologia e antropologia aplicada às políticas públicas. Outros colegas antropólogos foram também naquele momento envolvidos no levantamento de conflitos de terra e na demarcação de terras indígenas, como Alfredo Wagner Almeida e João Pacheco de Oliveira Filho. Este trabalho acabou retomando uma tradição dos antropólogos e sua associação profissional, de defesa de interesses de grupos indígenas na preservação de sua cultura e de suas

terras. Posteriormente, com o aumento na formação de antropólogos pelos cursos de pós-graduação, e pelo aperfeiçoamento de mecanismos estatais de defensoria pública e defesa das populações (ministério público, etc.) após a Constituição de 1988, multiplicaram-se os trabalhos de perícia antropológica em defesa de populações indígenas e afrodescendentes como os quilombolas.

Palmeira assim como outros colegas de equipe voltados para uma assessoria mais direta a movimentos sociais acaba voltando à universidade nos anos 90 (como também foi o caso de Albertino no passado), continuando a desenvolver preocupações teóricas envolvendo linhas de pesquisa voltadas para o estudo de formas de dominação e formas de sociabilidade; assim como dando continuidade a uma antropologia voltada para o fortalecimento da sociedade civil, através de uso de sua expertise junto aos grupos sociais estudados. É como se após uma acumulação primitiva na assessoria direta aos movimentos sociais abram-se ainda mais não somente as possibilidades de uma antropologia universitária voltada para a compreensão e análise dos fenômenos sociais, mas também -- através de uma sensibilidade aguçada e a confiança dos grupos estudados -- a eficácia de uma expertise voltada para grupos sociais dominados e suas identidades ameaçadas ou a serem fortalecidas.

SOBRE O AUTOR

José Sérgio Leite Lopes

Fez seus estudos pós-graduados em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro obtendo seu grau de Mestre em 1975 e o de Doutor em 1986. Foi pesquisador visitante, em período de pós-doutorado, no Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris (EHESS) entre 1988 e 1990 e pesquisador associado ao Centre de Recherches du Brésil Contemporain da EHESS entre 1997 e 1999. Foi

professor visitante nas Universidades de Paris XIII e de Lyon (1989-1990) e na Universidade Federal de Pernambuco (2003-2005). Foi nomeado professor no Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ) em 1978, após concurso público e da mesma forma tornou-se titular em 2011.

REFERÊNCIAS

MORAIS FILHO, Evaristo de. O Problema do Sindicato Único no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1978 [1ª ed. 1952].

PALMEIRA Moacir. *“Conflitos de classe sob regime autoritário: o caso do Nordeste” – Anexo: Greve em Pernambuco (1980)* In: Movimentos Cruzados, Histórias Específicas; estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Org. LEITE LOPES, José Sérgio. HERERA, Beatriz. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. pp. 451-498.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SIGAUD, Lygia. Greve nos engenhos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado em São Paulo. São Paulo: Ed. Dominus/Edusp, 1966.